

Os poderes e seus representantes

Pelo disposto na Constituição, os poderes são divididos em Legislativo, Executivo e Judiciário. A independência dos poderes, entendida como a impossibilidade de ingerência arbitrária entre os poderes, torna o Estado funcional, garantindo o seu equilíbrio. No exercício de suas atribuições e obedecendo os limites da lei, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário devem buscar realizar a finalidade do Estado, qual seja: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, afastando os preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Legislativo - Apurando-se a dependência legal do Poder Executivo e do Poder Judiciário, os quais só agem por determinação de lei, a importância do Poder Legislativo deve ser exaltada. O Poder Legislativo é um órgão colegiado que estabelece as Leis, sendo que ao processo legislativo é designado a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos, resoluções e leis delegadas. No Brasil é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, compostos, respectivamente, por deputados federais e senadores; nos Estados pelas Assembleias legislativas: representadas pelos deputados estaduais; e nos municípios pelas Câmaras municipais: representadas pelos vereadores. Uma das principais funções do poder Legislativo é fiscalizar aplicação das leis, e o Tribunal de Contas é o órgão auxiliar do Poder Legislativo, no controle externo contábil, financeiro orçamentário operacional e patrimonial da União, dos Estados e dos Municípios. Sua função é sempre de natureza fiscalizadora sem no entanto, proferir julgamento de pessoas. Para poderem executar suas funções sem ameaça de vinganças, ou abusos, senadores e deputados desfrutam de imunidade parlamentar: sua pessoa é caracterizada por sua inviolabilidade, ou seja, o parlamentar não pode ser detido — a não ser que seja flagrado por cometer um crime sem fiança — nem julgado por seus crimes, sem antes ser licenciado pela câmara a que é pertencente; e opiniões e votos emitidos não podem responsabilizar quando exerce sua função. A quantidade de Senadores, Deputados, e vereadores são limitadas à população nacional, Estadual e Municipal.

Judiciário - No exercício da função jurisdicional, o Poder Judiciário distribui a justiça dirimindo os conflitos intersubjetivos com a imposição da lei. Os atos dos poderes Legislativo e Executivo poderão ser apreciados pelo Judiciário. Os atos administrativos podem ser anulados por decisão judicial. Também os atos legislativos, são passíveis de anulação. São órgãos do Poder Judiciário: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Eleitoral, Tribunais de Justiça, Tribunais de Júri, Juizados, Juízes de Direito, Juízes substitutos, Juizados Especiais etc.